

Primeiros Ensaiois

Michel Silva

Organizador

1ª Edição

Câmara Brasileira de Jovens Escritores

Copyright©Michel Silva

Câmara Brasileira de Jovens Escritores
Rua Marquês de Muritiba 865, sala 201 - Cep 21910-280
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3393-2163
www.camarabrasileira.com
cbje@globo.com

Maio de 2013

Primeira Edição

Coordenação editorial: Gláucia Helena
Editor: Georges Martins
Produção gráfica: Fernando Dutra
Revisão: do Autor

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por
qualquer meio e para qualquer fim, sem a autorização
prévia, por escrito, do autor.

Obra protegida pela Lei de Direitos Autorais

Michel Silva

Organizador

**Primeiros
Ensaio**

Maio de 2013

Rio de Janeiro - Brasil

Sumário

Introdução	7
------------------	---

Michel Goulart da Silva

1

De um ditador civil aos ditadores militares	9
---	---

Franciel José Ganancini

Introdução	9
O primeiro governo Vargas	10
A volta do ditador	12
O governo civil-militar	16
Considerações finais	18
Referências	19

2

Organizações de esquerda no Brasil durante a ditadura militar	21
---	----

Jaqueline da Silva Scharf

Referências	32
-------------------	----

3

Reconstrução da UNE no final do período de ditadura militar	33
---	----

Israel Weingartner

Introdução	33
Lutando na clandestinidade	34
Os estudantes se reorganizam	36
Organização para o Congresso de Reconstrução da UNE	38
Tendências que compunham a UNE na reconstrução	40
XXXI Congresso da UNE	43
Considerações finais	48
Referências	48

4

Cinema, trabalho e política na história do Brasil recente	49
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
<i>Cenira dos Santos</i>	
<i>Ana Paula Kuczmynda da Silveira</i>	
Introdução	49
A ditadura e os “novos personagens” em cena	50
Pessimismo e melancolia no cinema	52
O Brasil e suas faces	54
Considerações finais	56
Referências	57

Introdução

Este volume reúne trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos anos por bolsistas de iniciação científica oriundos do ensino médio, no campus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Os projetos nos quais os referidos bolsistas atuaram tinham relação direta com minha dissertação de mestrado e, portanto, os textos aqui reunidos discutem temáticas relacionadas à atuação política dos militares e à ditadura instalada a partir do golpe de 1964.

Os textos carregam pelo menos duas estreias. Primeiro, minha estreia como orientador, procurando encontrar caminhos que privilegiassem tanto o desenvolvimento de uma consciência científica nos bolsistas como uma forma de orientação que pudesse me deixar menos inseguro. Segundo, a estreia dos bolsistas, que tiveram sua primeira experiência com uma pesquisa mais densa e sistemática e, além disso, produziram textos que expressam sua percepção das temáticas discutidas e dos problemas de pesquisa levantados.

Para o desenvolvimento das pesquisas, privilegiei sempre a realização de grupos de estudos, onde todos liam e debatiam textos previamente selecionados. Em alguns casos, os alunos preparavam a apresentação dos textos, para que pudessem passar pela experiência de sistematizar ideias e expô-las oralmente. Os textos aqui apresentados são alguns dos resultados dessa metodologia e demonstram a qualidade e o empenho dos bolsistas no sentido de realizar com qualidade essas tarefas.

Então, vamos aos alunos. Na época da pesquisa, Franciel era aluno do curso técnico em Administração, atualmente

cursando Direito da Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB). Israel e Jaqueline são alunos do segundo ano do curso técnico de Química. Quanto à Cenira, formou-se no curso técnico de Administração, no começo de 2012. Por fim, Ana Paula é professora do campus, na área de Línguas, e parceira em diferentes projetos realizados no campus, especialmente de extensão.

Os agradecimentos vão para duas direções. Primeiro, aos jovens autores, que são o principal elemento desse livro e que, nesses últimos dois anos, me presentearam com discussões e reflexões que eu nunca poderia ter feito sozinho. Por outro lado, agradeço à minha esposa Mariana pelo apoio nesses e em outros projetos e por sua permanente presença em minha vida. Também agradeço ao IFSC e ao CNPq pelo apoio financeiro aos projetos realizados, nos dois anos em que estive trabalhando no campus Gaspar.

Michel Goulart da Silva

Blumenau, maio de 2013

1

De um ditador civil aos ditadores militares*

Franciel José Ganancini

Introdução

Getúlio Vargas foi, possivelmente, o personagem mais marcante da política brasileira ao longo do século XX. Figura polêmica, seu espectro permanece ainda hoje na política brasileira, principalmente quando se observa na atual governo elementos da retórica desenvolvimentista e da prática política trabalhista que remetem à figura de Getúlio Vargas. Nas décadas de 1950 e 1960, mesmo depois de sua morte, a política brasileira dividia-se entre os apoiadores do legado de Vargas e aqueles que combatiam o seu “populismo”. Não resta dúvida de que, embora tenha derrubado o presidente João Goulart, em realidade era Getúlio Vargas e seu legado que os militares tencionavam derrotar em 1964.

Discutiremos neste artigo uma parte da história política do Brasil, situando o período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas, a partir de 1930, e o golpe civil-militar de 1964. No panorama a ser apresentado no artigo, abordaremos a ascensão de Getúlio Vargas, o seu relacionamento com os

* Este artigo foi originalmente publicado na revista *Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, Canoas, v.1, n.2, 2012. Este artigo foi produzido como parte do projeto “Planejamento estatal e desenvolvimento econômico em Santa Catarina (1964-74)”, coordenado por Michel Goulart da Silva e financiado pelo campus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), por meio do Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica e Inovação Tecnológica (PIPICIT).

militares, bem como o fortalecimento das Forças Armadas e sua atuação na política brasileira do século XX.

O primeiro governo Vargas

O início da “Era Vargas” tem como marco a ascensão de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório, em 1930. Iniciada com um golpe promovido por setores oligárquicos opositores ao bloco que vinha governando a Primeira República, o novo governo encontrou numerosas dificuldades. Surgido a partir de um golpe, sua sustentação estava diretamente associada a alguns setores das Forças Armadas, que se encontravam divididas por crises político-ideológico internas. Por meio dessas tensões, que vinham ocorrendo desde as décadas anteriores, conhecendo revoltas como a tenentista (1922), pode-se identificar uma intensa atuação de diferentes forças políticas entre os militares, dificultando a construção de um consenso desejado por Getúlio Vargas.

Neste cenário conturbado, Vargas procurou acabar com a política dentro das forças armadas, principalmente no Exército, depurando-as de setores que a seu ver poderiam ser uma ameaça a seu poder. Para Góis Monteiro, aliado de Getúlio Vargas e principal liderança militar do período, a principal tarefa seria

fortalecer o Exército a ponto de torná-lo capaz de agir com independência, inclusive em relação a Vargas. Por isso, tornava-se necessário suprimir a infinidade de conflitos que minavam a organização militar. Segundo sua famosa expressão, era preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército (CARVALHO, 1999, p. 59).

Com a depuração promovida por Getúlio Vargas e seus aliados militares, as forças armadas se transformaram em ator político homogêneo e aliado do governo, evitando, ainda que por um breve período, ameaças de desestabilização. Para isso, por um lado, promoveu-se a profissionalização das forças armadas, instituindo, entre outras reformas, a obrigatoriedade do serviço militar. Politicamente, de forma paralela às reformas, Góis Monteiro e seu grupo conseguiram, novamente com o apoio de Vargas, impor-se como setor hegemônico dentro das forças armadas. Segundo Carvalho (1999, p. 64), “para que tal hegemonia se desse sem quebra da hierarquia, foi necessário substituir nos altos postos, sobretudo no generalato, os oficiais do antigo regime por elementos integrados ao novo esquema”.

Essa dinâmica de renovação da cúpula militar, que garantiu o apoio das forças armadas a Vargas, permitiu um grande fortalecimento de seu governo. Pode-se perceber, assim, a dependência mútua de ambas as partes, apoiando-se Getúlio Vargas nos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Segundo Carvalho (1999, p. 65), para Vargas,

a liderança política de Góis, aliada à disciplina e à lealdade de Dutra, garantiram sua base militar. Quando necessário, usava um contra o outro, para os manter sob controle. Góis, particularmente, foi mantido sempre próximo, pois tinha maiores ambições políticas. De Dutra, nada havia a temer politicamente, e havia muito a ganhar, como a garantia do apoio militar.

Esse processo de fortalecimento das forças armadas esteve associado também à formulação de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), impulsionada principalmente pela fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. O processo de elaboração dessa doutrina, centrada no binômio segurança e desenvolvimento, deu-se no contexto de Guerra

Fria, ou seja, está relacionada diretamente à proposição de uma ferramenta teórica que pudesse orientar as ações dos militares no combate ao comunismo. Por outro lado, ela enfatiza a necessidade de desenvolvimento econômico, a partir da intervenção estatal sobre a sociedade e a economia (SILVA, 2012, p. 73).

Depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, houve importantes mudanças na conjuntura, a começar pela deposição de Vargas pelos militares. Naquele contexto,

com a redemocratização, o país retornou a uma normalidade constitucional e democrática que desconhecera por 15 anos. Partidos políticos foram criados, a censura foi extinta e o Congresso voltou a funcionar. Vargas perdeu o poder, mas a sua força política permaneceu inquestionável (D'ARAUJO, 1999, p. 98).

Embora Getúlio Vargas tenha temporariamente se afastado da presidência, em 1945, permaneciam existindo aspectos da estrutura de poder que havia sido montado durante o Estado Novo, em função das numerosas nomeações feitas pelo presidente, especialmente os interventores nos estados, e da base de apoio entre os trabalhadores, criando a imagem de “pai dos pobres”. Segundo Maria Celina D’Araújo (1999, p. 98), “em curtas palavras, Getúlio conseguiu a façanha de ser um ditador popular e querido por parcela significativa da população”.

A volta do ditador

Os discursos antigetulistas que permeavam a política brasileira, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, apontavam para o risco de construção de uma “república

sindicalista”, dado o profundo vínculo de Getúlio Vargas com os movimentos de trabalhadores. Em 1950, novamente no poder devido voto popular, Vargas deu vazão a um mandato que, apesar das intensas disputas, construiu sua imagem como a de um governo não apenas apoiado pelos trabalhadores, mas voltado à realização dos interesses dos sindicatos.

Colaboraram para a construção dessa representação de um governo voltado aos interesses dos trabalhadores algumas ações pontuais, como, em 1951, o “aumento do salário mínimo, o primeiro desde sua instituição, em 1940, e que chegou a alcançar 300% em algumas regiões do país” (D’ARAUJO, 1999, p. 110). Contudo, apesar desse tipo de ação, não se pode afirmar que Vargas contou com o apoio integral dos sindicatos, principalmente se for levado em conta que procurou construir um governo de conciliação entre os mais variados setores políticos, nos primeiros anos de seu mandato.

Um marco apontado por parte da historiografia, e que teria iniciado um período “sindicalista” de seu governo, seria em 1953, quando nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Contudo, seu governo não deixou de ter ministros conservadores. Além disso, a presente de João Goulart como ministro não significou uma relação fácil ou mesmo o apoio dos sindicatos ao seu governo (D’ARAUJO, 1999, p. 111).

Nessa conjuntura Vargas não possui o mesmo apoio entre os militares do período anterior de governo. Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p. 76), “não havia mais lugar para tenentistas. Seus antigos amigos tenentes eram agora seus inimigos gerais. E também não era mais tão fácil jogar com as ambições de generais, lançando uns contra os outros”.

Vargas procurou equilibrar seu governo entre interesses antagônicos, tentando costurar alianças com setores conservadores e com a esquerda. Assim, ao mesmo tempo

em que procura construir alianças com membros da burocracia dos sindicatos, em parte vinculada ao PTB e ao PCB (partido que nesse período se encontrava na ilegalidade), também procura atrair apoio dos militares, onde predominava um ideário marcado fortemente pelo anticomunismo. Dessa forma,

Vargas, desde o início do governo, veiculou que procuraria o equilíbrio e a conciliação entre todas as correntes políticas. Para tanto, formou um ministério com a participação de todas as facções políticas, contemplando inclusive a UDN, sem assumir compromissos partidários, nem mesmo com o PTB, partido pelo qual dizia ter mais afinidade (D'ARAUJO, 1999, p. 104).

Em função disso, pouco a pouco, Vargas perdeu parte de suas bases de apoio, passando a sofrer forte pressão por parte de setores militares. Essa situação se agravou com a crise social que interferiu em diferentes âmbitos, como as lutas dos trabalhadores e mesmo as disputas parlamentares, obrigando Getúlio Vargas a fazer opções políticas que poderiam colocar em risco os tênues apoios que ainda possuía. Nesse contexto, o suicídio, em 24 de agosto de 1954, pode ser interpretado como uma forma de responder às pressões dos setores conservadores, especialmente da cúpula militar, cedendo às pressões de seus opositores. Em sua carta-testamento, afirma:

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. (...) Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência (...) Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será escravo de ninguém. (...) Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo

no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (D'ARAUJO, 1999, p. 114).

Nesse momento, morria o homem Getúlio Vargas e colocava-se para a história política brasileira o mito Getúlio Vargas. Embora morto, Getúlio Vargas permanecia vivo na política brasileira, afinal sua ideologia, marcada pelo desenvolvimentismo e pelo nacionalismo continuou a influenciar governos, como os de Juscelino Kubistchek e João Goulart. Este último, principalmente, assumiu a imagem de principal herdeiro do legado getulista, assumindo inclusive o controle do PTB (D'ARAUJO, 1996, p. 93-5).

O governo João Goulart, a partir de 1961, esteve marcado pela a instabilidade política, ganhando proporções quase históricas os discursos que alertavam para uma suposta ameaça de “revolução comunista”.¹ Nesse cenário, o governo de João Goulart oscilava entre atender os interesses das esquerdas e negociar ações pontuais com a oposição no Congresso Nacional. Em alguns momentos, o aprofundamento dessa crise levou a que mesmo as esquerdas assumissem posições de oposição a João Goulart, reivindicando a realização das reformas de base, especialmente a reforma agrária.

Essas tensões políticas colocaram no cenário político a possibilidade concreta de um golpe. A direita acusava a esquerda de ser golpista, enquanto a esquerda denunciava as conspirações militares que nas décadas anteriores vinham tentando derrubar as experiências democráticas no país. O golpe, sobre o qual se falava abertamente, parecia iminente, especialmente depois da tentativa frustrada de estado de sítio por parte João Goulart, no final de 1963.

¹ As considerações que seguem acerca do governo João Goulart são baseadas em Ferreira (2003).

Após a realização do Comício da Central e de João Goulart ter assumido enfaticamente o compromisso de realizar as reformas de base, superando as hesitações dos meses anteriores, não resta muito a fazer. O golpe já estava em marcha e não havia tempo, e aparentemente nem vontade, de organizar a resistência a partir da organização dos movimentos sociais. Para piorar a situação de João Goulart, a anistia aos marinheiros revoltosos, em 1964, foi considerada pelos militares uma afronta à hierarquia e mesmo à rígida moral da corporação.

Por fim, em 1º de abril de 1964, misturando no mesmo discurso elementos nacionalismos, conservadorismo e simbolismo religioso, militares e civis de direita executam o golpe de Estado, sem que houvesse resistência por parte da esquerda.

O governo civil-militar

O golpe ocorrido em 1964, embora derrubando o governo de João Goulart, visava em realidade acabar com o getulismo na política brasileira. Inicialmente, no âmbito da política econômica, os militares no poder fizeram um governo que tentava equilibrar as contas públicas e, para isso, efetuar uma política de contenção de gastos públicos. Contudo, inicia-se por volta de 1967 uma nova política de investimentos públicos, centrado no planejamento estatal e no crescimento econômico. Essa mudança na política macroeconômica redundou no chamado “milagre econômico” e, nos planos de governo, conceitos anteriormente utilizados pelo varguismo aparecem nos “planos de desenvolvimento” elaborados pelos ditadores militares (EARP & PRADO, 2003).

Depois do golpe, a resistência por parte das esquerdas deu-se de diferentes formas. Uma parcela, na segunda metade

da década de 1960, jogou-se na luta armada, mas foi derrotada e rapidamente fragmentou-se em dezenas de pequenos grupos. Outra parcela da esquerda decidiu pelo caminho “pacífico”, priorizando a intervenção parlamentar no Congresso Nacional, utilizando a legenda do MDB, o partido de “oposição consentida” durante a ditadura. Outra forma de resistência, que não fazia uso da luta armada, foi a organização política por meio do movimento sindical, controlado de perto pelo regime repressivo.

Com o “milagre brasileiro”, a ditadura procurou construir uma imagem de positivação do regime, grande eventos públicos de promoção das ações do regime e, principalmente, das “conquistas da revolução” no âmbito da economia e a estabilidade no regime político. Contudo, a partir de 1974 o cenário ganhou outros contornos, na medida em que o crescimento econômico artificial dos “anos de ouro” não se sustentava e o “inimigo comunista” estava derrotado. Portanto, entrou-se numa situação em que o crescimento econômico havia se desacelerado, que havia poucos “inimigos comunistas” a caçar e no qual houve um aumento na desigualdade entre os setores mais ricos e os mais pobres (EARP & PRADO, 2003).

Nesses anos inicia-se o processo, a ser consolidado na década de 1980, em que a memória social acerca da ditadura modifica-se. Muitos setores, principalmente as classes médias urbanas, que tinham se empolgado pelo crescimento dos anos do “milagre brasileiro”, passaram a criticar a ditadura. Na memória coletiva construída acerca do período apagavam-se o entusiasmo passado pela ditadura, passando a construir a imagem daquele período como “anos de chumbo”. Portanto, na disputa pela memória entre os “anos de ouro” e os “anos de chumbo” a sociedade fez a opção por lembrar a ditadura a

partir da segunda perspectiva, mesmo aqueles que o viveram entusiasmado pelas “conquistas” no âmbito pessoal e familiar, como o financiamento de casa própria (CORDEIRO, 2009).

Com o passar do tempo, trocaram-se os papéis: muitos que eram tidos como heróis se tornaram vilões e aqueles que eram tidos como vilões passaram a ser vistos como vítimas de uma repressão desmedida.

Considerações finais

Percebe-se que Getúlio Vargas foi uma das principais figuras políticas, no Brasil, ao longo do século XX. Quando não ocupou o cargo de presidente da república ou mesmo depois de sua morte sua influência se fez sentir nas disputas políticas, criando campos opostos entre os seus apoiadores e os seus opositores.

Percebe-se, por outro lado, que o golpe civil-militar de 1964 teve diferentes raízes na “revolução de 1930”, pois esta ruptura institucional foi um processo importante na estruturação e no fortalecimento das forças armadas como ator político. Também foi a partir desse momento que Getúlio Vargas entrou no cenário político nacional, construindo uma trajetória que ganhou vida própria no chamado getulismo.

Essa é uma manifestação ideológica que se tentou derrotar sem sucesso no golpe de 1964, possibilitando o desenvolvimento de um projeto de interdependência com os Estados Unidos, em um cenário de Guerra Fria. Contudo, contraditoriamente, após 1964, os próprios militares foram obrigados a apostar numa política semelhante àquela executada pelos governos desenvolvimentistas, levando para sua retórica elementos do discurso trabalhista que tinham procurado derrubar com o golpe.

Referências

- CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.
- CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v. 22, nº 43, p. 85-104, 2009.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: O PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.
- SILVA, Michel Goulart da Silva. **“Crescer com o Brasil”**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em História), UDESC, 2012.

2

Organizações de esquerda no Brasil durante a ditadura militar*

Jaqueline da Silva Scharf

Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, depois de apenas sete meses de governo, o vice-presidente João Goulart assume a presidência do Brasil, sendo visto pela direita civil-militar como um manipulador de massas aliado às esquerdas comunistas. Sua posse foi permitida, embora prevista na Constituição, somente com a mudança pelo Congresso para o regime como parlamentarista, o que diminuiria o poder do presidente, dando essa responsabilidade ao Congresso. Contudo, no plebiscito de 1963, a população decidiu pela volta ao regime presidencialista. A inflação estava muito alta, a dívida externa só aumentava, Goulart se encontrava em uma delicada situação política, com seus poderes limitados até 1963 e um conflito crescente entre os grupos antagônicos dificultavam seu governo, então, alegando instalar a ordem político-econômica, é aplicado o golpe civil-militar de 1964.

Vários direitos de cidadania foram conquistados até 1964, mas todos esses sofreram grande revés no golpe de 1º de abril. Além disso, na época, eram reivindicadas as reformas de base, nunca atingidas realmente até então. Mas os partidos de esquerda, que auxiliavam na cobrança dos direitos do proletariado, em sua maioria existiam apenas na

* Este artigo foi produzido como parte do projeto de pesquisa “Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75)”, por meio do Programa de Iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC-EM), com apoio do CNPq.

clandestinidade, com exceção do PSB e do PTB. Até então, esquerda da época tinha como principais representantes o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP). O PCB mantinha-se clandestino com os mesmos ideais, representava a luta pacifista por seus objetivos, e acreditavam na chamada “revolução por etapas”, que consistia na evolução do capitalismo, seu desenvolvimento associado à burguesia e ao Estado, para, posteriormente, chegar-se ao socialismo.

Por volta de 1964, as organizações de esquerda eram muitas e as cisões cresciam devido às discordâncias dentro dos partidos. Existiam organizações de todos os tipos, com diversos ideais, formas de luta e de organização. Alguns defendiam a luta armada, aliada a partidos, massas ou grupos de influências, podiam defender a revolução por etapas, o socialismo, a existência de partidos ou apenas a organização guerrilheira. As cisões foram muito comuns na época devido a essas variedades de pensamento.

O PC do B surgiu de uma ruptura do PCB, depois de uma reforma feita no Partido durante seu V Congresso, em 1960. Na época, o grupo dirigente afirmou que as mudanças no nome (de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB) e nas referências ao marxismo-leninismo seriam apenas uma resposta às acusações feitas ao Partido de subordinação externa, obediente das ordens de Moscou. Nesse congresso, o PCB também passou a adotar explicitamente a linha política pacifista, afirmando:

Nas circunstâncias favoráveis da situação internacional e do ascenso das forças populares e nacionalistas no país, os comunistas confiam ser possível assegurar o curso pacífico da revolução brasileira, desde que as grandes massas lutem e conquistem verdadeiras reformas de estrutura, defendendo ativamente as liberdades democráticas contra os atentados

das forças pró-imperialistas e reacionárias (CARONE, 1982a, p. 234).

Um dos setores do partido que se opunham a essas mudanças publicou um documento nomeado “Carta dos Cem”, fazendo críticas ao novo documento do PCB. Foram expulsos, acusados de tentar fracionar o Partido. Em 1962, criaram uma nova organização, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que tem como diferencial do PCB o ideal revolucionário armado e uma aproximação com Pequim e as ideias defendidas por Mao Tse Tung, o maoísmo, afastando-se na nova linha política defendida, a partir de 1956, pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O PC do B tinha com o maoísmo “pontos em comum, como o privilégio dado ao campesinato e à guerrilha rural, a ênfase nos povos do Terceiro Mundo e o teor militarista de suas estratégias revolucionárias” (Sales, 2007, p. 75). Essa “via chinesa” apresentou-se como modelo em relação a outras estratégias a partir de, quando ocorreu o rompimento público entre os partidos comunistas da China e da União Soviética. Segundo Jean Rodrigues,

entre os comunistas chineses e os brasileiros, havia interesses comuns que os levaram a se tornar aliados políticos. O PCC disputava com o PCUS a hegemonia no movimento comunista internacional, o que tornava interessante uma aliança com um partido comunista no Brasil, o qual, ainda por cima, disputava espaço político com um grupo pró-Moscou. O PC do B, por sua vez, encontraria apoio nessa importante corrente do comunismo internacional durante seus difíceis primeiros anos de existência (SALES, 2007, p. 75).

Desde a sua criação, em 1922, o PCB recebeu diversas críticas quanto as suas posições políticas ou ideais. Em 1964, quando implantada a ditadura, essas críticas passaram a se

intensificar, vindas de diversos grupos da esquerda, principalmente do PC do B, todas com o mesmo argumento: o Partido não deveria defender o pacifismo e o revisionismo. Os novos grupos de esquerda da década de sessenta passaram a defender a luta armada, sendo esta direta ou por etapas, filiada a um partido ou sendo apenas uma guerrilha. Este ideal revolucionário sofria influências internacionais. O contexto nacional agitado pelo anti-imperialismo e as manifestações por liberdade influenciaram muitos grupos. Os principais exemplos eram a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959, a guerrilha de Che Guevara na Bolívia do final da década de 60, Maio de 1968 na França, e a guerra do Vietnã do mesmo ano.

Porém, a ideia de guerrilhas na luta por direitos começou muito antes do golpe de 1964. Nas palavras de Marcelo Ridenti,

vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. Para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 1950 ou, ainda, como os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskista (RIDENTI, 2010, p.65).

Quatro anos depois da conferência que organizou o PC do B, o partido publicou um documento nomeado “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista” (1966), com as informações que orientaram os interesses e ações do Partido a partir de então. O partido reivindica no documento ser seguidor do marxismo-leninismo e uma vanguarda revolucionária, com base nos interesses do partido, que tinha como filosofia a revolução armada por etapas. Criticava a ditadura militar, considerada

submissa ao imperialismo norte americano, preparadora de um ambiente favorável à política ianque, inibidora de direitos de trabalhadores já conquistados, partidária a um processo de desnacionalização e ainda aplicadora de um efeito reverso no combate da inflação do país.

No início do PC do B, o partido aponta para a dificuldade de divulgação imposta pela ditadura militar e a falta de aceitação pelo legado de Stálin, ao qual reivindicavam seguir, desde o Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, onde foram denunciados os crimes cometidos por Stálin durante seu governo (SALES, 2001, p. 25).

No documento publicado pelo PC do B em 1966, citado anteriormente, o partido apresenta outras dificuldades que seus ideais enfrentavam: restrição no número de militantes, um problema para ideais tão abrangentes e, além disso, na concepção do partido, pequenas revoluções isoladas de nada adiantariam. Era necessária uma grande luta organizada, com objetivos abrangentes, e pouco específicos, para que mais grupos tivessem seus ideais próximos e pudessem se aliar na luta armada para a queda da ditadura e do domínio dos ianques no Brasil.

Sabendo disso, observaram as reivindicações do povo para montar seu próprio projeto de luta armada. Chegaram à conclusão de que a população via a necessidade de se opor ao domínio do Brasil pelos Estados Unidos na cultura e na economia, da implantação das reformas de base, de ajudar às regiões mais atrasadas, de conter a inflação, combater o analfabetismo e de aplicar um governo democrático com a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Sendo assim, em 1966 o Partido formulou seus objetivos que deveriam ser executados em conjunto com as massas populares e também os objetivos particulares do partido.

Os objetivos relacionados com a luta armada em conjunto com as massas populares visavam principalmente derrubar o governo considerado antipopular e antinacionalista de Castelo Branco. Em seus documentos, colocavam como objetivos desmascarar e combater a ditadura militar instalada no país, executar a união dos patriotas pela independência, exigir o afastamento dos norte-americanos da USAID infiltrados nas repartições públicas, exigir os direitos democráticos dos cidadãos, organizar e desenvolver a luta pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores das cidades e do campo, apoiar reivindicações estudantis e difundir a ideia de revolução armada.

A revolução armada, por sua vez, deveria ser executada com a ajuda das massas populares diversas, a colaboração de guerrilhas e de diferentes partidos, iniciando sua atuação no campo e indo em direção as cidades. O motivo da luta armada iniciar no campo se deve ao fato de os camponeses serem, no entendimento do partido, os mais interessados na reforma agrária e em outras transformações de caráter progressista, além de possuírem tradições de luta e espírito de combatividade.

Quanto à forma de luta, poderiam até os primeiros anos da ditadura, iniciar forçando, aos poucos, seus direitos democráticos, utilizando algumas formas abertas de atuação e ainda as formas clandestinas de atuação como distribuição de panfletos, pintar murais e resistência às violências policiais. O partido destaca que deve-se lutar contra a ideia pacifista do PCB e fortalecer o PC do B difundindo a ideia de luta armada, para posteriormente, iniciar a revolução. O PC do B apresentava como objetivos:

– Prestar ativa solidariedade ao povo do Vietname, (...) [e] ajudar aos que, na América Latina, de armas na mão, lutam contra a reação e o imperialismo.

- Desmascarar a política do imperialismo norte-americano. (...)
- Apoiar os esforços da China popular para unir todos os povos, a fim de desbaratar os planos de domínio mundial do imperialismo dos Estados Unidos. Revelar o verdadeiro conteúdo da cooperação soviético-americana, que objetiva dividir o mundo em esferas de influências.
- Contribuir para a união dos povos latino americanos na luta contra os monopolistas ianques. Defender as conquistas da Revolução Cubana em face das ameaças do governo de Johnson. Combater energeticamente a organização chamada Força Interamericana de Paz (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1985, p. 56).

Segundo o Partido:

As forças reacionárias e o imperialismo norte-americano estão minados por insolúveis contradições. Por mais que se exacerbem nas violências, não poderão fugir à derrota final. A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas para sacudir o jugo estrangeiro e edificar uma pátria verdadeiramente livre (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1985, p. 88).

O PC do B foi um dos partidos que chegou a atuar nas cidades, cumprindo sua metodologia de cerco das cidades pelo campo. Porém, sofrendo forte repressão, o Partido teve muitos revolucionários mortos, presos e exilados, tendo que se retirar do cenário da luta armada. O ápice desses acontecimentos foi na Guerrilha do Araguaia, em 1973, uma ação tão clandestina que, nas palavras de Jean Rodrigues Sales,

nem mesmo todos os membros do Comitê Central sabiam da existência das ações do Araguaia. (...) Nessa experiência, o projeto de luta armada foi colocado à prova contra o exército brasileiro e revelou muito das contradições latentes em sua formulação. Mistura de guerra popular e foquismo, não teve melhor sorte do que os projetos de grupos armados nas cidades (SALES, 2001, p. 46).

Quanto a atuação do PC do B em relação às eleições, em alguns estados apoiavam algum dos candidatos, em outros se abstinham e em alguns não tinham influência suficiente para opinar. Dependiam também da época das eleições.

Outro tipo de atuação que pode ser exemplificada é sobre o plebiscito de 1963, que se resume em uma consulta à população sobre o regime governamental do Brasil, os votos escolheriam entre o sistema presidencialista e o parlamentarista, devido à mudança do regime vigente de presidencialista para parlamentarista com a posse de João Goulart, diminuindo o poder do presidente e dando esta responsabilidade ao Congresso. Sobre esse exemplo de atuação, Jean Rodrigues Sales comenta que:

Para o PC do B, o resultado da consulta popular não mudaria em nada a situação do país. Não importava a forma de governo, estava-se em um beco com uma única saída, que era a proposta do partido de mudança de regime e da instauração de um governo popular revolucionário. Nesse caminho, dizia com todas as letras: Nem Parlamentarismo, Nem Presidencialismo! Por Um Regime Popular Revolucionário! (SALES, 2001, p. 29).

Para justificar esse posicionamento do Partido, Sales discute o próprio documento do PC do B, onde se afirma, em síntese, que já vivemos muito tempo sob o sistema presidencialista, mas esses problemas fundamentais não foram resolvidos, e que sob o sistema parlamentarista “pouco mais de um ano foi o suficiente para comprovar a falência deste sistema para resolver as questões cruciais que afligem os brasileiros” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL apud SALES, 2001, p. 30).

O PCB, por sua vez, buscava também a revolução por etapas, mas, desde o final da década de 1950, passou a defender

o pacifismo como forma de luta. O objetivo do Partido era propiciar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, independente do imperialismo norte-americano, obedecendo apenas às condições econômicas e políticas internas do país. Quando o capitalismo estivesse em seu ápice, decairia. Então, o Partido iniciaria a luta pelo socialismo. Para o período anterior à luta pelo socialismo, defendia a aliança com burguesia, sendo os comunistas uma força auxiliar no progresso que levaria ao desenvolvimento capitalista.

Antes de 1960, dentro do Partido, existiam pessoas que acreditavam na revolução por etapas isolada da aliança com a burguesia, assim como Prestes. Essa crença existia, pois, apesar da filosofia pacifista do PCB, o partido apoiava a “unidade a qualquer preço” e a “política de conciliação”, mas esse foi apenas um engano, pois o Partido não quis, em momento algum, atuar na revolução armada. Apesar da principal discussão na época ser sobre os crimes de Stálin, se isso afetava em sua influência no Partido e sobre qual legado seria o mais adequado ao Partido na época, o PCB ainda expressava opinião sobre a luta armada. A partir da IV Conferência Nacional do PCB, em 1954, o Partido passou a aplicar o combate à política de conciliação, e, segundo Jean Rodrigues Sales,

caminha em direção a uma ampla Frente política, para realização de uma revolução anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, através do caminho pacífico. Essa nova política seria coroada com a declaração de Março de 1958 e referendada nas resoluções do V Congresso do partido, realizado em 1960 (SALES, 2001, p. 17).

Então os defensores da luta armada, aos poucos, romperam laços com o Partido ou apenas se afastaram, mas

Prestes manteve-se dentro da direção do partido, tentando excluir a burguesia da revolução por etapas, mas tendo desistido de transformar o Partido em um Partido de luta armada. Na resistência à ditadura, o PCB rejeitou completamente a luta armada, como é possível perceber em documento do congresso de partido realizado em 1967:

Para o nosso Partido, o essencial no momento é estreitar suas ligações com as grandes massas da cidade e do campo, é ganhá-las para a ação unida contra a ditadura. Evidentemente não é chamando-as a empunhar armas, que, nas condições atuais, delas nos aproximaremos. (...) Na verdade, os que hoje em nosso país levantam a luta armada, como única forma válida de ação revolucionária, afastam-se das massas, tomando-se por isso mesmo impotentes diante do atual regime. Com seu ultra-esquerdismo caem no conformismo e na passividade, quando não se lançam em aventuras, igualmente incapazes de conduzir à vitória da revolução (CARONE, 1982b, p. 65).

Com opinião contrária a de Prestes sobre a aliança com a burguesia dentro do Partido, estava Armênio Guedes, que simpatizava com o comunismo europeu. E, no centro do Partido, existiam os conservadores, acomodados ou sem posição definida, que utilizavam como posicionamento as decisões da V Conferência Nacional do PCB, que defendia, em síntese, a manutenção do *status-quo*.

O Partido optou definitivamente pelo reformismo apenas nessa Conferência, em 1960, quando, rejeitando a ideia do radicalismo da esquerda brasileira, optou pela maioria revisionista para a luta contra a ditadura, o que deu origem a uma nova etapa no Partido e acarretou em cisões e perda de influência na época.

Vale ressaltar que não era apenas o PCB que estava em uma grave crise depois da implantação da ditadura. Nas

palavras de Anita Leocadia Prestes “tratava-se de uma crise do movimento comunista e do chamado ‘socialismo real’” (PRESTES, 2012, p. 10). Inclusive no PC do B, um partido muito pequeno na época, houve muitas cisões. Como por exemplo, o surgimento da Ala Vermelha do PC do B, uma das maiores cisões do Partido. Segundo de Marcelo Ridenti:

A suposta morosidade na preparação da resistência armada ao regime militar também levou a cisões no pequeno PC do B, que perdeu, entre 1966 e 1967, mais da metade dos seus membros, os quais constituíram, no Nordeste, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), e no Centro-Oeste, a Ala Vermelha do PC do B (ALA), que, por sua vez, também sofreria cisões (RIDENTI, 2010, p. 30).

Apesar dessas rupturas, as organizações criadas a partir das cisões desses Partidos mantinham ainda grandes semelhanças políticas. Por exemplo,

a Ala Vermelha do PC do B, mantinha a posição de sua matriz sobre o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução brasileira, posição que, por sua vez, era quase idêntica à do PCB (RIDENTI, 2010, p. 34).

Sendo assim, praticamente toda a esquerda brasileira da época foi derrotada de alguma maneira, tanto os guerrilheiros do PC do B quanto o modo pacifista do PCB foram fatalmente reprimidos pela polícia da época, o que demonstra que apenas um movimento de adesão das massas por um mesmo ideal e com um mesmo método de luta conseguiria gerar uma expressão política unitária e eficiente. Porém ocorreu o contrário, a inacreditável crescente fragmentação das esquerdas e das massas desde a derrota de 1964, gerando uma derrota durante toda a ditadura.

Referências

- CARONE, Edgard. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982a.
- CARONE, Edgard. **O PCB (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982b.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- PRESTES, Anita Leocádia. A estratégia nacional-libertadora e o reformismo na história do PCB. **Seminário 90º aniversário da fundação do PCB**, 2012.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.
- SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: UNICAMP, 2007, v. 6, p. 63-103.
- SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 13-49, 2001.

3

Reconstrução da UNE no final do período de ditadura militar*

Israel Weingartner

Introdução

No início de sua atuação, embora reconhecida oficialmente pelo então presidente Getúlio Vargas como a única entidade a nível nacional de representação estudantil, a UNE, na década de 30, ainda não tinha tanta representação no meio dos movimentos sociais. Já na década de 40, a UNE se posicionou como oposição ao Estado Novo, lançando uma campanha pela queda de Vargas. Em 1945, promove a semana pela anistia em diversos pontos do país, que contribui para a queda do Estado Novo e o decreto de anistia. De 1950 a 1956, a UNE passa por um período de refluxo, com a eleição de uma ala direitista, comandada por Paulo Egydio.

Logo, a entidade começa um processo de ascensão junto com outros movimentos sociais na luta pelas reformas de base. Essa ascensão chega a seu ápice na década de 60 quando a UNE começa a não lutar somente por reformas universitárias e por mais verbas para a educação, mas também a se envolver com causas políticas maiores, como a luta pela derrubada da ditadura militar instaurada por meio de golpe de 1964.

* Este artigo foi produzido como parte do projeto de pesquisa "Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75)", por meio do Programa de Iniciação Científica - Ensino Médio (PIBIC-EM), com apoio do CNPq.

O presente artigo busca analisar quais fatores contribuíram para a reconstrução da UNE, após o seu fechamento no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, pelo regime militar, e quais foram as correntes ideológicas ou partidárias que estiveram presentes no processo de reconstrução da entidade.

Esse tema é de extrema importância para toda a sociedade brasileira, na medida em que ajuda a compreender e identificar a atuação dos estudantes e dos movimentos sociais como um todo, em prol da democracia e contra toda e qualquer forma de repressão, principalmente imposta pela ditadura militar, munida do Ato institucional n.º 5 e do decreto-lei n.º 477.

Lutando na clandestinidade

Em 28 de março de 1968, o estudante Edson Luís foi assassinado por militares, porque poucos meses antes ele e outros estudantes reivindicavam melhorias na alimentação de um restaurante universitário. A morte deste jovem, despertou a indignação de grande parte da sociedade e principalmente daqueles que eram opositores ao regime militar. Como resposta os estudantes fizeram diversas passeatas por várias regiões do país, porém mais mortes e prisões aconteceram, principalmente de estudantes e militantes de esquerda. Tudo isso motivou intelectuais, padres, comerciários, bancários, políticos e estudantes a se unirem numa manifestação, protestando contra as mortes, prisões e a violência policial. E assim, aconteceu: mais de 100 mil pessoas paralisaram as ruas da cidade do Rio de Janeiro durante quase todo o dia de 25 de junho de 1968. Essa manifestação ficou conhecida como

“Passeata dos 100 mil”, e demonstrou o repúdio da sociedade brasileira às praticas autoritaristas dos militares, que só viriam a ficar mais rígidos e eficientes na repressão das manifestações públicas contra o regime militar. Além das intensas e frequentes manifestações, outros acontecimentos também marcaram o Movimento Estudantil e a UNE na década de 60. Segundo Santos (2009) as principais lutas do Movimento Estudantil nesse período foram as reformas universitárias e o fim dos acordos MEC-USAID e da lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda).

Após dois anos, já na clandestinidade imposta pela ditadura, a UNE, tenta ainda sobreviver e realizar seu 30º Congresso, a ser realizado em Ibiúna, no interior do Estado de São Paulo. O congresso deveria acontecer sem o conhecimento das autoridades e da população. E por isso iria ser realizado em um sítio de difícil acesso. Mas o plano dos dirigentes da UNE falhou. A chegada dos delegados para o congresso foi difícil, acarretando no atraso de dois dias para o início do evento. Muitos problemas por parte da organização levaram ao fracasso do congresso, com a denúncia e prisão de diversos estudantes, entre eles muitos líderes estudantis. A repressão ao 30º congresso da UNE marca o início de um período negro para o movimento estudantil.

Mesmo na clandestinidade, e através de um sistema de micro congressos estaduais, os estudantes conseguiram eleger a nova diretoria da UNE. Jean Marc van der Weid foi eleito presidente, mas após ser preso e banido do país, quem assumiu a presidência da entidade foi o vice Honestino Guimarães. Por conta da ilegalidade das entidades de representação estudantis, muitos estudantes, influenciados pelos movimentos de esquerda, aderiram as guerrilhas armadas pelo Brasil, inclusive muitos membros da então diretoria da UNE, que acabaram mortos ou desaparecidos.

Segundo Coelho (2011), as principais tendências políticas de esquerda no Movimento Estudantil após o golpe militar eram PORT (Partido Operariado Revolucionário Trotskista), AP (Ação Popular) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Essas tendências estavam em um alto nível de articulação, em 1968, quando começaram os atos de repressão por parte dos militares, pois segundo Poerner (2004, p. 277):

Para a ditadura, o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, os atestados ideológicos, as polícias universitárias e o Decreto-lei 228 [...], a Lei Suplicy de Lacerda, prevendo até a punição de reitores que não reprimissem atos de indisciplina ou “subversão” dos alunos – não eram suficientes para conter o movimento estudantil. Por isso, editou em 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-Lei nº 477.

Essa fase marca a desarticulação dos movimentos sociais em geral, pois também foi a fase que maior foi a repressão às manifestações feitas pelas entidades de classe. Para Poerner (2004, p. 279) “não havia mais condições mínimas para a sobrevivência do movimento estudantil, embora nunca tenha deixado de pipocar tentativas e ações isoladas”. Após esse período do início da década de 1970, os estudantes só vão voltar às ruas efetivamente e com maior articulação em 1977.

Os estudantes se reorganizam

A partir da segunda metade da década de 1970, começaram novamente as articulações de estudantes nas organizações de esquerda por todo o país, que viria a resultar na reconstrução da UNE. Segundo Santos (2009),

O ME voltou ao cenário político por volta de 1975 com a greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA)/USP, a greve da UFBA, e a greve das humanas na Unicamp. Neste ano, também voltaram a ter forte influência no ME as chamadas tendências políticas que eram representantes dos partidos e organizações políticas que ainda continuavam clandestinos (SANTOS, 2009, p.107).

Santos também afirma que as principais lutas do Movimento Estudantil e suas tendências, na década de 70, foram pelas liberdades democráticas, anistia plena e a reconstrução da UNE. Porém, Poerner vai além sobre as reivindicações e diz que

Os estudantes voltaram às ruas com reivindicações bem concretas: mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de Brasília – da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento (em geral os mais pobres, que trabalhavam para custear os estudos) e a libertação de colegas presos.

Em 1977 os estudantes voltam às ruas, em uma passeata com mais de três mil estudantes em São Paulo, mesmo sendo proibido o ato. Após repressão do governo que articulou cerca de 70 mil policiais para repelir o protesto, os estudantes, representados pelos DCEs da USP e da PUC-SP lançam a *Carta aberta à população* que marca a reabertura das mobilizações do movimento estudantil.

O quarto Encontro Nacional dos Estudantes, realizado em 1978, na Faculdade de Arquitetura da USP, decidiu por

fim, depois de dois dias de debates, realizar o Congresso de Reconstrução da UNE, a ser realizado nos dias 29 e 30 de maio do ano seguinte, em Salvador. Neste mesmo congresso foi formada a Comissão Pró-UNE que organizaria o evento.

Organização para o Congresso de Reconstrução da UNE

O ano de 1979 foi marcado pelo crescimento dos movimentos sociais que lutavam contra o regime militar e suas diretrizes. O novo Presidente da República general João Baptista de Figueiredo, foi alvo de diversas críticas e manifestações contra seu governo, principalmente por parte dos estudantes, por não cumprir as promessas de revogar os decretos 477 e 228, o AI-5 e por tentar implantar o ensino pago nas universidades federais. No entanto, para os estudantes o mais importante “era preparar o Congresso de Salvador. Tanto que treze dias depois dos estudantes terem realizado, em vários Estados, o Dia Nacional de Luto, contra a posse de Figueiredo, a Comissão Pró-UNE estaria no Ministério da Educação reivindicando 500 mil cruzeiros para sua realização e o reconhecimento da UNE” (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 38).

Outro marco do ano de 1979 foi a volta dos banidos e exilados que trazia a impressão ao povo de retorno as liberdades de expressão. Mas isso não impediu a realização, em 79, de diversas greves de professores, médicos, lixeiros, metalúrgicos, etc., lutando por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho, além das lutas das entidades de classe por uma nova Constituinte e anistia ampla, geral e irrestrita. Era nesse contexto que estava sendo organizado o esperado Congresso de Reconstrução da UNE.

A Comissão Pró-UNE, além de organizar o Congresso em si, buscava também o apoio de diversos setores para a realização deste. O MEC não apoiou, porém segundo Romagnoli e Gonçalves (1979), recomendou que os reitores não utilizassem a força contra o Movimento Estudantil. No Congresso Nacional, os estudantes conseguiram o apoio de alguns emedebistas, e até de dois deputados arenistas, Afrisio Vieira Lima e Fernando Magalhães.

Para Romagnoli e Gonçalves (1979), foram necessários diversos contatos e algumas reuniões com o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, até que se decidisse onde seria realizado o Congresso. Por fim decidiu-se fazer o encontro no Centro de convenções da Bahia, uma construção que estava inacabada, era longe do centro da cidade e de difícil acesso, um lugar perfeito para não chamar a atenção das autoridades. Mas, por sua ruim localização, o Centro de convenções aumentou o trabalho da Comissão de Organização do Congresso que teria de se preocupar com a alimentação, estadia e transporte dos delegados para o congresso. Não foi fácil arrumar acomodações para todos os cinco mil congressistas, mesmo com a campanha lançada pela Organização do Congresso chamada “Adote um congressista”, com cartazes, propagandas em rádios e jornais locais. Para alimentar os congressistas, apenas cinco restaurantes aceitaram fornecer as refeições e exigiram que não fossem divulgados os nomes dos estabelecimentos.

Diversos ônibus foram mobilizados para levar ao Congresso os cerca de cinco mil estudantes de diferentes estados, cores, correntes políticas, ideologias, mas com a mesma motivação: reconstruir a entidade de representação máxima dos estudantes. Eram eles 2.304 delegados, representando 21 Estados e o Distrito Federal, sem levar em conta os outros

estudantes que compunham as delegações ao Congresso. As viagens foram conturbadas para muitas delegações, com atrasos por barreiras policiais, falhas mecânicas e tentativas de sabotagens.

Enfim, às 10 horas e 45 minutos, do dia 29 de maio de 1979, com a chegada de todas as delegações, deu-se início ao Congresso de Reconstrução da UNE.

Tendências que compunham a UNE na reconstrução

O movimento estudantil, desde sua criação e até os dias de hoje, sempre foi composto de diferentes tendências e correntes ideológicas ou políticas. Algumas dessas tendências, na década de 70, durante a reconstrução da UNE, estavam ligadas diretamente a militâncias de partidos políticos, principalmente os esquerdistas como PCdoB ou PCB. A maioria dessas correntes defendia as mesmas propostas, porém com métodos diferentes para realizá-las. As tendências que mais contribuíram, e que estiveram presentes no Congresso de Reconstrução da UNE, foram: Caminhando, Refazendo, Liberdade e Luta (LIBELU), Centelha, Ponteio, Correnteza, Novo Rumo e Unidade. Essas tendências incorporavam em si outras tendências regionais que não tinha tanta expressão.

A tendência Caminhando, segundo Romagnoli e Gonçalves (1979), surgiu na Bahia e tem correspondência com a antiga tendência Viração, que foi criada no DCE da USP, e de DCEs de diferentes universidades pelo país. Para Romagnoli e Gonçalves, suas principais lutas eram anistia geral, liberdades democráticas e a nova constituinte. Contudo, segundo Poerner (2004), a tendência Caminhando era aliada

ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), e junto com a as tendências Refazendo (aliada a AP - Ação Popular) e a tendência Correnteza (aliada ao PCR – Partido Comunista Revolucionário), compunham uma única tendência chamada Mutirão, que propunha a unidade dos setores populares contra a ditadura e as eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos das universidades. Romagnoli e Gonçalves vê a tendência Refazendo separada da tendência Caminhando e tendo como principais causas de luta a garantia das liberdades democráticas e a reforma e democratização das universidades.

Segundo Romagnoli e Gonçalves (1979, p.69), “Liberdade e Luta, embora não seja a mais importância tendência do movimento estudantil, é uma das poucas organizadas nacionalmente.” Por causa deste fator, Liberdade e luta, teve um papel essencial na organização do Congresso de Reconstrução da UNE, e nas suas discussões. Essa tendência, para Romagnoli e Gonçalves, tinha como “palavras de ordem”: O fim da ditadura; melhorias nas condições de ensino nas universidades; criações de entidades livres; constituinte democraticamente eleita; anistia geral e irrestrita; liberdade partidária; e, direito de voto universal. Poerner (2004), em contrapartida, classifica a LIBELU (Liberdade e Luta) como uma das mais influentes tendências do movimento estudantil, sendo de cunho trotskista, apoiando uma aliança entre operários e estudantes e lutando pelo congelamento das anuidades nas escolas particulares.

A tendência Ponteio foi criada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a tendência Centelha na Universidade Federal de Minas Gerais. Os dois grupos mantinham uma grande afinidade política. Segundo Romagnoli e Gonçalves (1979), Ponteio defendia a democratização das Universidades, a articulação de estudantes e professores. Fora da universidade,

a tendência também defendia o auxílio por parte do Movimento Estudantil as lutas dos trabalhadores. Em Minas Gerais, a Centelha, levava um programa de propostas muito semelhante, além de tentar unificar os movimentos sociais nas universidades, por meio de Congressos Universitários. Para Poerner (2004) a tendência Centelha, fazia parte da tendência Novação, que, segundo ele, era uma corrente socialista de orientação trotskista, e que lutava pelo aprofundamento das relações dos estudantes com os trabalhadores.

A tendência Novo Rumo ou Novo Rumo-Socialista foi uma representação da corrente política Convergência Socialista no Movimento Estudantil. Essa tendência foi criada na USP, mas logo ganhou força por grande parte das Universidades brasileiras, lutando pela reforma universitária, a reavaliação do Movimento Estudantil perante o contexto de ditadura e a unidade do Movimento estudantil junto aos trabalhadores contra o projeto burguês capitalista para a sociedade brasileira. A última das maiores tendências que compunham a UNE, era a Unidade. Essa tendência caracterizava-se pela luta por liberdades democráticas, anistia e pela convocação da constituinte somente pelos métodos puramente democráticos, fugindo das lutas diretas. Também lutavam por unir mais setores da sociedade civil nessa forma de luta, que chamavam de “Frente Democrática”. Além dessas tendências principais, existem várias outras em diferentes Estados, porém como Romagnoli e Gonçalves (1979, p.73) “é praticamente impossível definir o número de tendências existentes em cada Estado, e proposta política de cada uma delas e estabelecer comparações com as tendências mais conhecidas dos centros estudantis avançados, sem fazer generalizações”.

XXXI Congresso da UNE

Dez mil vozes gritavam em uníssono: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”. No alto do Centro de Convenções, a bandeira azul e branca da UNE. Minutos antes, o anúncio de que estava instalado o 31.º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Muitos, certamente, lembraram de Ibiúna. Todos sem dúvida, sentiram o gosto de uma vitória sobre 10 anos de opressão (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 45).

Para muitos estudantes, o cansaço e a demora para chegar até o Congresso não foram em vão. Aquele era um momento que ficaria marcado na história por sua importância incontestável. A UNE seria a primeira entidade de representação popular a se reconstruir após o golpe militar.

Não havia dúvidas. Estava em pé, novamente, a ilegalidade pelo presidente Castello Branco, e, 4 anos depois, levada à clandestinidade.” União Nacional dos Estudantes, entidade criada em 1937, que se destacou pela luta do povo brasileiro e por isso teve sua sede queimada logo após o golpe de 64 (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 45).

O Congresso foi aberto pelo presidente da UNE no período 63/64, José Serra. Em seu discurso, Serra ressaltou a importância do Congresso e fez um breve histórico das lutas da UNE. Logo após, seguiu-se o pronunciamento do senador Marco Freire (MDB-PE) e foram lidas diversas moções de apoio a UNE, por parte de diferentes segmentos e entidades. Por fim, depois das apresentações da mesa de trabalhos, os 10 mil estudantes acompanharam Carlos Lira, que cantou o Hino da UNE.

Os estudantes, após tanto tempo sem poder debater, propor, encaminhar, etc., por conta do silêncio imposto pelo regime militar, mostraram, durante o congresso, muita vontade para poder fazer parte das discussões que norteariam a

reconstrução da UNE. Em princípio, foram definidos alguns grupos de debates que analisariam temas como: Realidade brasileira; Universidade; Lutas; Estatuto e Carta de princípios; Eleições da diretoria; e Cultura, Esporte e Secretarias por área, Romagnoli e Gonçalves (1979). Houveram vários atrasos na conclusão dos trabalhos desses grupos que se estenderam das 18h até às 23h do dia 29. O grupo que teve maior número de participantes foi o que debateu sobre as Eleições. A final, segundo Romagnoli e Gonçalves (1979) seria o tema que iria polarizar as discussões na plenária por se tratar de temas de extrema importância como: eleições diretas ou em congresso; diretoria já ou no segundo semestre; provisória ou definitiva; diretoria de nomes ou de entidades. As propostas feitas por cada tendência presente ajudaram a definir, em longas reuniões, as alianças e acertos entre os grupos.

Muitas propostas vindas dos grupos de debates foram feitas. Por isso, na manhã do dia 30, a Comissão Pró-UNE decidiu reduzir a pauta do Congresso que, segundo Romagnoli e Gonçalves (1979), se limitaria a deliberar sobre a Carta de Princípios, Estatuto, Lutas a serem travadas, e eleição da diretoria.

A discussão sobre a Carta de Princípios foi a menos polêmica do Congresso, pois a maioria das propostas trazidas pelas tendências coincidia em muitos pontos. O último ponto gerou polêmica, mas não o suficiente para impedir a aprovação do documento. Foram aprovados os seguintes pontos:

1. A UNE é a entidade máxima, representativa dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses;
2. A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
3. A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou discriminação social;

4. A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis do mundo;
5. A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;
6. A UNE deve lutar por um ensino voltado para os interesses da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos.
7. A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo mundo.

Podemos notar a influencia das maiores tendências Do Movimento Estudantil na formulação da Carta de Princípios da UNE.

Outra discussão que polemizou o Congresso foi quanto às instâncias de deliberações da UNE, que seriam expressas no novo estatuto. A maioria das tendências propunha a criação do Conselho Nacional de Entidades, como uma instância deliberativa. Outras, porém, discordavam. A proposta vencedora foi a apresentada pela PUC-RJ com o apoio da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP). Ficaram então definidas as seguintes instâncias de deliberação da UNE:

- Congresso Nacional de Estudantes;
- Conselho de Entidades de Base ;
- Conselho de Entidades Livres;
- Diretoria da UNE.

Às 20h30 foi aberta a discussão sobre as lutas que seriam travadas pela UNE. Antes da abertura da discussão já foram levadas mais de 100 propostas à mesa. Após a fala de muitos oradores defendendo suas propostas, muito tumulto e protestos, foram aprovadas as seguintes lutas:

- Contra o ensino pago;
- Por mais verbas para a educação;
- Pela anistia ampla, geral e irrestrita;
- Contra a devastação da Amazônia;
- Por uma Assembleia Nacional Constituinte “livre, soberana e democrática”;
- Campanha de Filiação de Entidades à UNE.

Como o esperado, o tema mais polêmico no Congresso foi a Eleição. Após muitas reuniões, conchavos, acordos, protestos, palavras de ordem, foram levadas diversas propostas para a plenária. Como nenhuma das tendências tinha delegados suficientes para eleger sua chapa, os acordos entre os grupos deveriam acontecer. A tendência Liberdade e luta, propunha uma grande chapa que contasse com a representação de todas as tendências, mas não foi bem vista pela maioria dos delegados.

“Era 1h30min da madrugada de quinta-feira quando o plenário decidiu, depois de ouvir as apresentações de defesa de uma dezena de propostas, que aquele congresso tiraria uma nova diretoria” (ROMAGNOLI & GONÇALVES, 1979, p. 60).

Foram Dez propostas colocadas em votação no Congresso referente as Eleições da nova diretoria. Algumas propunham uma diretoria provisória, que divulgaria a Carta de princípios e regulamentaria a entidade. Outras defendiam a eleição direta da nova diretoria, formada por entidades, já no Congresso. Algumas discordavam, e defendiam a diretoria provisória e formada por nomes, não entidades. Por fim, decidiu-se que seria eleita uma Diretoria Provisória, que permaneceria até o segundo semestre do mesmo ano, formada por representantes das Entidades presentes no congresso proporcionalmente. Assim se definiu a composição da Diretoria:

- União Estadual dos Estudantes de São Paulo;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília;
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará.

O Congresso de Reconstrução da UNE, segundo algumas análises das Entidades e tendências, mesmo não agradando a todos, cumpriu seu objetivo. Houve muitas discussões, protestos, conchavos e até uma sabotagem supostamente feita por policiais militares para atrasar o congresso por constantes quedas de energia. Contudo, apesar das adversidades, o processo democrático de reconstrução da Entidade de representação máxima dos estudantes, não parou.

Embora não fosse reconhecida legalmente, a UNE estava novamente de pé. Muitas lutas foram travadas, muitos estudantes foram feridos e até mortos, mas mesmo com todas as repressões feitas pelo Regime Militar, os estudantes conseguiram se rearticular na luta dos Movimentos Sociais. Junto com outros movimentos de massa, a UNE, conseguiu derrubar as leis de censura, trazer a anistia geral e a Assembleia Constituinte. Por tanto, indubitavelmente, o 30º Congresso da UNE contribuiu grandemente para a reestruturação da democracia no Brasil.

Considerações finais

O Movimento Estudantil, com suas mais variadas tendências, sempre esteve presente nas lutas da sociedade. No período de ditadura militar não foi diferente. Os estudantes, por meio de sua Entidade máxima, a UNE, lutaram pelo fim da censura, pela anistia, pelas liberdades de expressão e reformas de base. E, por causa disso, sofreram intensamente as consequências. A sede da UNE foi incendiada, a Entidade levada à clandestinidade, muitos estudantes presos, exilados e alguns até brutalmente mortos. Mas, os estudantes não desistiram de lutar pela democracia, e mostra disso foram as inúmeras tentativas de articulações por todo o país para reconstruir sua Entidade. Enfim conseguiram. A UNE depois de 10 anos inativa, foi reconstruída com muitos debates, protestos e mobilizações em prol da democracia. E, através dessa Entidade, os estudantes lutaram e ainda lutam, para defender seus interesses.

Referências

- COELHO, Rebeca do Nascimento. Esquerda em movimento: estudantes em luta na resistência à ditadura militar (1964/1968). **Revista Ameríndia**, vol. 10, nov. 2011.
- POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador**. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, nº 5, dez. 2009.

4

Cinema, trabalho e política na história do Brasil recente*

Michel Goulart da Silva

Genira dos Santos

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Introdução

No mês de novembro de 2011 deu-se início, no campus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), ao projeto de extensão *Ciclo de Filmes “Cinema, Trabalho e Tecnologia”*. O projeto tinha como objetivos proporcionar para a comunidade interna e externa um espaço cultural de exibição de obras audiovisuais e reflexão acerca dessas mesmas obras, as quais apresentavam diferentes características, definidas a partir de critérios como temática, gênero etc.

As sessões ocorreram semanalmente, em novembro e dezembro de 2011, além de duas exibições em março de 2012, depois do início do ano letivo. Priorizou-se a exibição de filmes nacionais, fossem obras ficcionais, fossem documentários, visando proporcionar um espaço de exibição de obras consideradas clássicas ou, no caso dos filmes mais recentes, de obras que se destacassem pela relevância temática, cultural e estética.

* Este artigo foi originalmente publicado na revista *UDESC em Ação*, vol. 6, nº 1, 2012. Este artigo discute a experiência do projeto de extensão “Ciclo de Filmes Cinema, Trabalho e Tecnologia”, organizado no campus Gaspar no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), entre novembro de 2011 e março de 2012.

Foram exibidos os filmes *Macunaima* (1969), *Eles Não Usam Black-Tie* (1981), *Peões* (2004), *Terra Estrangeira* (1996), *Tempos de paz* (2009) e *A dona da história* (2004). Participaram das seis sessões aproximadamente oitenta pessoas, variando o público em cada sessão entre cinco e trinta. O público constitui-se de forma bastante heterogênea, dele participando alunos dos cursos técnicos concomitantes e integrados, bem como alunos dos cursos de formação inicial e continuada da própria instituição. O projeto também contou com a audiência de alunos da educação de jovens e adultos do município de Gaspar, além de uma pequena parcela de alunos das redes municipal e estadual.

Neste artigo pretende-se discutir aspectos das problemáticas apresentadas pelos filmes e pelo próprio projeto, enfatizando reflexões acerca das sociabilidades constituídas a partir das relações de trabalho, em suas dimensões culturais, históricas e políticas. Prioriza-se na presente discussão dois filmes, *Eles Não Usam Black-Tie* e *Terra Estrangeira*, com vistas a apontar possíveis semelhanças e diferenças entre ambos.

A ditadura e os “novos personagens” em cena

Lançado em 1981, o filme *Eles Não Usam Black-Tie*, dirigido por Leon Hirszman, retrata a história de um conflito numa família operária em São Paulo. O contexto em que se dá a narrativa do filme é o das greves do ABC paulista, no final da década de 1970.

No filme, Otávio, além de ser chefe de família, também lidera um grupo de operários que se articulavam para organizar

uma greve. Em função dessa articulação, Otávio entra em conflito com seu filho Tião, que por razões pessoais, prefere não aderir ao movimento grevista. Tião preferia não entrar na greve devido à gravidez de sua namorada, Maria, temendo perder o emprego e, com isso, atrapalhar o futuro que planejava.

Por outro lado, Tião encarava a política sindical como a principal causa da miséria que vivia sua família. Para ele, a greve seria um conceito ultrapassado, afinal, apesar da exploração imposta pelos donos das fábricas e do salário insignificante que recebiam, não alcançava os efeitos a que os grevistas se propunham. Nesse contexto, Tião mostrava-se cada vez mais desacreditado das forças dos movimentos organizados pelos operários.

Finalmente eclode a greve, e Tião cumpre sua palavra de enfrentar o pai e ir trabalhar, “furando” a greve. Essa atitude deixa muitos operários revoltados com Tião, que apenas olha à distância a mobilização em frente à fábrica. Essa mobilização é logo reprimida pela polícia, que agride e fere vários manifestantes. Algumas pessoas também são presas, inclusive Otávio.

Ao saber da prisão de Otávio, sua esposa fica aflita, afinal em outras situações os presos eram assassinados pela ditadura. Maria, esposa de Tião, revolta-se com ele, afinal, para ela, seu marido não estava lutando por seus direitos e por um futuro melhor para o filho. Quando é finalmente solto, Otávio, depois de conversar com o filho, expulsa-o de casa.

O filme procura representar a situação do operariado brasileiro durante a ditadura, mostrando a exploração vivenciada por essa classe e os desdobramentos dessa situação na vida das pessoas. No caso do filme, explora-se o conflito familiar provocado, por um lado, pela preocupação com o futuro individual de uma das personagens e, por outro, pelas formas coletivas de luta dos trabalhadores, a partir da organização sindical.

O filme dialoga com o contexto de lutas sociais travadas no período, em torno da melhoria de condições de trabalho dos operários e da transição democrática. Nessa época, nas palavras de Eder Sader (2001), “novos personagens entraram em cena”, ou seja, depois de mais de uma década em que os movimentos sociais estavam controlados pelo regime ditatorial, novas formas de organização, como os comitês de bairro ou o chamado “novo sindicalismo”, começaram a se articular no final da década de 1970.

Nas discussões encetadas com os alunos algumas questões-chave a respeito do filme foram abordadas, a saber: (1) a articulação de opiniões e ações em função de objetivos coletivos que está na base do movimento grevista; (2) a análise do discurso do interesse individual x discurso do interesse coletivo; (3) a perspectiva romântica e caricata a partir da qual o filme pensa o movimento sindical/operário; (4) questões relativas ao universo da comunicação na esfera doméstica e na esfera do trabalho e a ideologia que marca os discursos que nessas esferas se entrecruzam.

Pessimismo e melancolia no cinema

O filme *Terra estrangeira*, lançado em 1996, dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas, trata de um momento bastante diferenciado da história brasileira, ou seja, os primeiros passos na consolidação da democracia, depois de vinte anos de ditadura. O filme retrata vidas paralelas que, iniciadas no Brasil, se cruzam em Portugal, marcadas pela morte e pelo pessimismo (XAVIER, 2006). De um lado, mãe e filho. De outro, um casal de imigrantes tentando a sorte em Portugal.

No primeiro par de personagens, a mãe de Paco, de origem basca, guarda todas as suas economias em uma caderneta de poupança, sonhando um dia poder visitar sua terra natal, no norte da Espanha, levando o filho para conhecê-la. Contudo, sua poupança é confiscada em uma medida promovida pelo governo Collor e, impactada pela perda de todo o seu dinheiro, ela morre.

No outro par de personagens, a jovem Alex passa seus dias trabalhando em um agitado bar. Seu namorado é um músico que não consegue obter sucesso. Consumindo o seu dinheiro e o de Alex com drogas, ele acaba assassinado devido a uma dívida. Assim, Alex, desamparada, acaba encontrando Paco. Este, que antes sonhava em ser ator de teatro, não consegue nem começar a carreira e acaba por aceitar ser o intermediário no transportar de uma mercadoria ilícita para Portugal, em troca do custeio da viagem. Seu objetivo seria chegar a San Sebastian, terra de nascimento da mãe.

O filme retrata, entre outros temas, a solidão vivida pelos imigrantes numa terra desconhecida, as decepções causadas pela falta de oportunidades de emprego ou mesmo a ausência de quaisquer perspectivas de melhoria em suas condições de vida. Os personagens sentem o desespero de estar fora de sua terra natal, sem conseguir adaptar-se à nova morada. Culturalmente não fazem parte nem de um lugar nem de outro, como afirma Alex num desabafo. Pode-se, portanto, encarar como a metáfora da vida de muitos brasileiros que, decepcionados com a falta de oportunidade e péssimas condições em que vivem no Brasil, se arriscam em busca de novos horizontes e oportunidades em outros países, sem muitas vezes conseguir o que buscam.

Discute-se, assim, a construção de identidades culturais e suas tensões, demonstrando a complexidade do intercâmbio

cultural na contemporaneidade. Essa articulação entre diferentes culturas demonstra-se tanto na relação entre as pessoas dos diferentes países quanto no contato das novas gerações com as tradições culturais de seus pais ou parentes.

As reflexões realizadas com os alunos da educação de jovens e adultos, audiência majoritária do filme no momento de sua exibição nesse ciclo de filmes, centraram-se nas questões acima apontadas. Para fomentar ainda mais a discussão e pensar a questão da imigração na contemporaneidade foram exibidos dois vídeos², um sobre imigração ilegal e tráfico humano e o outro sobre imigração ilegal para os Estados Unidos e Europa.

O Brasil e suas faces

Ambos os filmes exploram diferentes formas de representação do Brasil, a partir de situações e dificuldades diversas vivenciadas pela população, especialmente aquela que vive em situação de pobreza. Por outro lado, explora a história de personagens que fazem parte de uma população, por assim dizer, comum, a partir das relações de trabalho a que estão submetidas.

No filme *Ele Não Usam Black-Tie* mostra-se trabalhadores ativamente lutando por suas reivindicações, as dificuldades enfrentadas na sua organização e a repressão que tenta refrear ou “controlar” esse movimento, ainda que isso seja feito a partir de um ponto de vista “romântico”, ou idealizado, manifestado na oposição entre o coletivo e o

² Vídeo do US Costum and Border Protection sobre Tráfico Humano e imigração ilegal. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZhjYwo36aMU>. Vídeo desenvolvido por alunos de uma escola secundária de Arraiolos, Portugal. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=O-nq7sZ5smk&feature=related>. Ambos acessados em novembro de 2011.

individual e na construção de personagens prototípicos que encarnam essa polarização ideológica. *Terra estrangeira*, por sua vez, trata do pessimismo e da busca de outras formas para enfrentar o mundo, sem ter qualquer esperança de ascensão social ou de melhoria da situação de vida. Contudo, os dois filmes tem algo em comum, abordam os riscos que envolvem assumir posições político-ideológicas bem caracterizadas e por escolher novos rumos para suas vidas, ainda que no caso do filme *Terra Estrangeira* essa escolha esteja desprovida de quaisquer formas de utopia.

Percebe-se que ambos os filmes expressam os sentimentos de suas épocas, ou seja, no primeiro caso, a extrema vontade de derrotar o regime autoritário e, no segundo caso, o pessimismo causado pela implantação da política neoliberal no Brasil. Portanto, os filmes podem ser considerados como retratos realistas das épocas em que foram produzidos, na medida em que as várias tensões e símbolos que permeavam a sociedade estavam presentes em ambos.

Além disso, os filmes dialogam com o tempo presente na medida em que é possível traçar numerosas relações com fenômenos presentes na contemporaneidade, em especial na cultura e na política. Entre outras coisas, é possível perceber na sociedade contemporânea numerosas heranças do autoritarismo da ditadura. Também é possível perceber que as dificuldades sociais e econômicas fazem com que uma parcela da população procure a sorte em outros países, em muitos casos vivendo em situação de clandestinidade.

Esse diálogo com o presente também aponta para o caráter educativo da atividade de extensão realizada, na medida em que permite a reflexão acerca de problemas atuais ou mesmo da comunidade em que o sujeito está inserido. Por meio do trabalho pedagógico das sessões, efetuado a partir

de discussões após o filme ou por meio de material elaborado acerca do audiovisual, pode-se trabalhar na perspectiva de formar espectadores críticos e ativos, que problematizam as questões apresentadas na tela e as relacionam aos problemas sociais que observa (NIKITIUK, 1996).

Dessa forma, o conjunto de exibições permite, além de criar um espaço de difusão cultural, também contribuir na formação de um conjunto de cidadãos críticos que, intervindo na sociedade, possam contribuir na superação dos problemas sociais. Não se trata, evidentemente, de afirmar que os filmes sozinhos permitem uma mudança social, mas eles podem ser parte de um processo de reflexão crítica acerca da sociedade e de seus problemas, contribuindo na formação de espectadores ativos (ALEA, 1984).

Considerações finais

O projeto mostrou ser de grande importância tanto para a comunidade externa como para os estudantes do campus Gaspar do IFSC, na medida em que a exibição e discussão dos filmes e de questões por eles abordadas buscou aproximar diferentes sujeitos de uma produção cultural audiovisual de grande importância histórica e estética. Essa iniciativa também permitiu aproximar o campus da comunidade externa e com ela dialogar acerca de diferentes temáticas.

Para os alunos do campus, o projeto foi uma forma de aproximá-los de uma produção cultural que desconheciam, incentivando-os a discutir elementos políticos e culturais da sociedade brasileira. Na medida em que em sua maioria trata-se de jovens estudantes, a exibição de filmes tidos como “clássicos” permitiu também

conhecer outras formas de produção audiovisual diferentes daquelas produzidas contemporaneamente pelas grandes produtoras cinematográficas estadunidenses e exibidas na televisão brasileira.

Tomando os filmes *Eles não Usam Black-Tie* e *Terra estrangeira* para esta análise, foi possível identificar quais elementos puderam emergir na reflexão propostas aos espectadores, especialmente os momentos de transição e de crise pelos quais a sociedade brasileira passou nas décadas de 1970 e 1980. Por meio dessas obras ficcionais foi possível apresentar representações da sociedade brasileira acerca da história recente do país. Em grande medida, tratam-se de fatos pouco conhecidos pelas novas gerações.

Com a possibilidade de continuidade do projeto, ao longo deste ano, coloca-se o desafio de trazer novas reflexões acerca do Brasil e, claro, do restante do mundo, por meio de diferentes produções audiovisuais.

Referências

ALEA, Tomás Gutiérrez. **Dialética do espectador**: seis ensaios do mais laureado cineasta cubano. São Paulo: Summus, 1984.

NIKITIUK, Sônia. **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

XAVIER, Ismail. **Cinema Brasileiro Moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Livro produzido pela
Câmara Brasileira de Jovens Escritores
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
<http://www.camarabrasileira.com>
E-mail: cbje@globo.com